

O DIREITO FUNDAMENTAL À RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO: CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DA DEMORA NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

Por: Gilberto Pereira de Jesus

Esta pesquisa tem por objetivo estudar a ofensa ao direito fundamental à razoável duração do processo e especificamente discutir as causas e conseqüências da demora na prestação jurisdicional, demonstrando os prejuízos individuais e coletivos da morosidade processual. Para o desenvolvimento da pesquisa fizeram-se necessárias consultas bibliográficas, coleta de dados em site do governo e análise de reportagens que se referiam ao assunto, o que permitiu traçar um perfil histórico das questões relacionadas à Justiça Brasileira identificando problemas que existiam mesmo antes da colonização do Brasil e influenciou a estruturação do nosso Poder Judiciário. Foi realizado um estudo do acesso à justiça na história do Brasil, apontando a influência da ofensa a esse direito fundamental para o aumento das desigualdades sociais. Foram estudadas também as responsabilidades e influências dos demais poderes estatais para com a morosidade processual, o que cada poder pode fazer para ajudar a amenizar o problema, e por fim, foi discutido o ônus da ofensa ao direito fundamental à razoável duração do processo tanto na esfera individual quanto no interesse da coletividade, bem como, o reflexo da morosidade processual na economia. Realizada toda a análise e estudo do assunto ora proposto, foi possível constatar que sem a observação do direito fundamental à razoável duração do processo não existe acesso à justiça, pois esta não se configura em um sistema judicial moroso, constatou-se também a necessidade de um Poder Judiciário atuante e eficiente para ofertar segurança jurídica ao Estado e sociedade contribuindo para o avanço social, democrático e econômico do País.

Palavras-chave: Direito Fundamental. Razoável Duração do Processo. Morosidade Processual. Poder Judiciário